

População das Flores queixa-se da falta de abastecimento por via marítima

Os presidentes de câmara da ilha das Flores alertaram para os “graves constrangimentos” na economia da ilha e roturas pontuais de alguns bens devido aos problemas de abastecimento por via marítima.

“A economia está a agonizar. A ilha não funciona só com os bens de primeira necessidade”, afirmou o presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, Luís Maciel (PS).

Segundo o autarca, estava previsto um abastecimento para quinta-feira, com o navio ‘Ponta do Sol’, mas devido às condições do mar esta escala “já foi cancelada”.

“Este navio faz o abastecimento quinzenal. E já na semana passada foi cancelada esta viagem. A última vez que a ilha foi abastecida foi no último sábado, com o navio Thor, que trouxe só bens perecíveis”, indicou Luís Maciel.

O presidente da Câmara das Lajes das Flores sustentou que “os abastecimentos residuais” têm permitido apenas trazer “alguma carga perecível”, pelo que “o problema está a agravar-se”.

“Não falta pão e leite, mas faltam outros bens. Vamos ao supermercado e já notamos falta de produtos nas prateleiras”, assinalou o autarca.

Em “situação insustentável” está



a economia da ilha, relatam ainda os autarcas, acrescentando que os empresários já têm manifestado a sua preocupação, nomeadamente nos setores da construção civil e agricultura.

“A economia da ilha não funciona só com a chegada destes bens e há um conjunto de empresas que, para funcionarem e poderem pagar os seus funcionários, precisam de ter faturação, precisam de ter trabalho, e desde o mês de dezembro

que o abastecimento tem sido muito precário. É com muita dificuldade que a grande maioria das empresas consegue laborar”, sustentou Luís Maciel.

Também o presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores apontou para os “imensos prejuízos e constrangimentos” que os empresários estão a sentir, devido à instabilidade no normal abastecimento marítimo.

“Os empresário não poderão

aguentar muito mais tempo. Em termos de bens essenciais tem havido algumas roturas, mas têm sido repostas e a situação tem-se mantido mais ou menos equilibrada”, explicou José Carlos Mendes (PS).

O autarca de Santa Cruz das Flores salientou que “tem sido possível abastecer” a ilha de “bens perecíveis”, mas “há um conjunto muito grande de materiais e equipamentos que não chegam”.

Tal coloca “em causa” o funcionamento de “muitos setores de atividade” e de “empresas”, porque “não conseguem funcionar sem receber os seus materiais e as suas matérias primas”.

Os autarcas depositam esperanças na chegada do navio ‘Margarethe’, que o Governo dos Açores vai fretar para operar, a partir de março, para assegurar o transporte de mercadorias para a ilha das Flores.

“O problema da ilha das Flores é uma questão de rapidez nas obras que têm de ser feitas, nomeadamente o reforço do antigo molhe que vai proteger a ponte cais. E tem de haver um barco que consiga fazer o abastecimento da ilha em condições”, venceu o autarca de Santa Cruz das Flores, José Carlos Mendes.

Açores já acolheram 201 refugiados ucranianos

Os Açores acolhem atualmente 201 refugiados ucranianos, que se encontram distribuídos por sete das nove ilhas do arquipélago, estando a maioria em São Miguel, revelou fonte oficial do Governo Regional.

Existem nos Açores 201 cidadãos ucranianos registados no regime de proteção temporária, estando 116 em São Miguel, 34 na Terceira, 22 em Santa Maria, 13 no Faial, oito no Pico, cinco nas Flores e dois no Corvo.

Os primeiros refugiados ucranianos chegaram ao arquipélago em março de 2022, o mês seguinte à invasão da Ucrânia por parte da Rússia.

Desde o início da guerra, a chegada dos migrantes à região tem acontecido “paulatinamente, sem picos, sem pressões ou correntes organizadas”, descreve o governo açoriano.

O Governo dos Açores ressalva, contudo, que o número de refugiados ucranianos na região pode ser diferente do valor registado no regime de proteção temporária.

“Poderá haver mais cidadãos que se deslocaram para a região, já com o pedido de Proteção Internacional efetuado e com morada do continente. Do mesmo modo, poderá haver cidadãos registados nos Açores que se deslocaram para o continente ou mesmo para outros países”, indica o executivo regional.

Questionado sobre o acompanhamento feito aos refugiados, o Governo dos Açores indica que criou um “conjunto de medidas transversais com o objetivo de promover o acolhimento e a integração de pessoas provenientes da Ucrânia”.

O Governo dos Açores destaca, por exemplo, que o Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA) assegura a “satisfação das necessidades necessárias à estadia, incluindo a alimentação”.

“O Governo dos Açores garante o pagamento de prestações sociais e familiares aos cidadãos ucranianos refugiados em pé de igualdade com qualquer cidadão da região, bem como cuidados de saúde, prestados de forma integrada, no âmbito do Sistema Regional de Saúde”, acrescenta.

Asseverando que tem “feito de tudo para criar as condições mínimas de segurança e dignidade” para aqueles cidadãos, o executivo açoriano afirma que tem “promovido a colocação e frequência do sistema de ensino, creches e ATL, por jovens e crianças ucranianas”. “É de apontar a positiva integração dos alunos ucranianos no sistema educativo, a qual se reflete em níveis satisfatórios de adaptação, assiduidade e aproveitamento escolar”, assinala aquele departamento governamental.

Sindicato açoriano ameaça recorrer ao Ministério Público

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo (SITACEHT) dos Açores acusa a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH) de ter assinado um contrato coletivo de trabalho, para o setor dos escritórios e comércio, nas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, com um sindicato sem legitimidade para negociar nesta área.

O sindicato disse que a apresentação de uma denúncia no Ministério Público está dependente do resultado de uma reunião com a secretária regional do Emprego.

“Já solicitámos uma reunião à senhora secretária regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego sobre esta matéria. Após esta reunião e de acordo com as respostas obtidas a direção do SITACEHT/Açores e os trabalhadores tomarão todas as diligências necessárias, quer pela via administrativa, quer suscitando a intervenção do Ministério Público”, afirmou, em conferência de imprensa, o coordenador do sindicato, Vítor Silva.

O dirigente sindical reivindica que a Direção de Serviços de Trabalho invalide o contrato coletivo de trabalho, uma vez que à data da assinatura os estatutos do sindicato ainda não tinham sido alterados, para permitir

que negociassem na área dos escritórios e comércio.

Segundo o coordenador do SITACEHT/Açores, o sindicato que assinou o contrato também não respeitou a legislação na convocação da assembleia geral em que os estatutos foram alterados.

Vítor Silva defende que a Direção de Serviços do Trabalho não deveria ter permitido a publicação do contrato, porque tinha elementos para verificar que era inválido, e acusa-a de se “refugiar na componente técnica” do processo para não corrigir o erro.

“Estes factos são tão evidentes que é praticamente impossível não admitir que houve aqui um erro. O refúgio na parte técnica, por si só, já é, de certa forma, uma evidência de que não há fundamentos para esta decisão”, frisou.

O coordenador do SITACEHT/Açores lembrou que já tinha alertado para esta situação numa reunião de conciliação, com a CCAH e com a Direção de Serviços do Trabalho, anterior à publicação do contrato.

“Aquilo que lamentamos é que haja uma entidade que, em vez de procurar exercer a sua magistratura pelo nível máximo, procure exercer pelos serviços mínimos e isto não é bom num estado democrático. Não é um bom exemplo que está a ser dado nos Açores”, apontou.